



Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
SERVIÇO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Relatório nº 25894835/2026-SEA/Cenea

Número do Processo: 02001.000919/2026-66

Interessado: CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
COMITÊ INTERSETORIAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

RELATÓRIO FINAL

IX ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO IBAMA (IX ENEA) - 2025

Tema: “Estratégias de EA, ações locais, justiça ambiental e fortalecimento institucional em tempos de emergência climática”.

O presente Relatório de caráter Técnico-Analítico tem por objetivo sistematizar os debates, resultados, aprendizados e encaminhamentos do IX Encontro Nacional de Educação Ambiental do Ibama (IX ENEA), realizado em julho de 2025, constituindo-se como instrumento de memória institucional, subsídio à gestão, referência para futuras publicações e para o fortalecimento da política de Educação Ambiental no âmbito do Ibama.

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Educação Ambiental (EA) constitui componente estratégico e de natureza transversal para o cumprimento da missão institucional do Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), estando presente desde a criação do Instituto, em 1989. Ao longo de sua trajetória, a EA passou por diversos momentos e há algum tempo vem sendo desenvolvida de forma descentralizada pelas Equipes de Educação Ambiental (EEAs) nas Superintendências Estaduais, bem como pelas diretorias da sede, articulando-se às diferentes dimensões da gestão ambiental pública.

O processo de institucionalização da EA no Ibama foi significativamente fortalecido a partir de 2016, com a instituição do Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (Cipea), instância responsável - à época - por estabelecer diretrizes e promover a articulação e a integração das ações de EA no âmbito do Instituto. Esse marco contribuiu para o reconhecimento da EA como política pública transversal, vinculada às atribuições finalísticas do Ibama e à atuação qualificada do órgão nos territórios.

Em 2024, esse processo avançou com a criação do Centro Nacional de Educação Ambiental (Cenea), por meio do Decreto nº 12.130/2024, posteriormente regulamentado pela Portaria nº 73/2025, que consolidou suas atribuições. A instituição do Cenea representou um passo relevante no

fortalecimento da governança da Educação Ambiental no Ibama, ao conferir maior organicidade, coordenação e capacidade de planejamento às ações desenvolvidas no âmbito nacional.

É nesse contexto de institucionalização e fortalecimento da agenda da Educação Ambiental que se insere a realização do IX Encontro Nacional de Educação Ambiental do Ibama (IX ENEA). Promovido pelo Cenea, com apoio do Cipea, essa edição do Encontro foi concebida como um espaço formativo e estratégico voltado para os educadores ambientais do Instituto, respondendo a demandas cruciais identificadas no cotidiano de atuação das EEAs e diretorias finalísticas. Dentre as principais necessidades que motivaram o evento, destacaram-se o aprofundamento teórico e metodológico sobre a EA crítica e transformadora, a necessidade de integração entre as ações estaduais e setoriais e os processos de gestão do Cenea, o fortalecimento da compreensão da EA como política pública, e a criação de espaços de troca que reforçassem o sentimento de pertencimento institucional.

Adicionalmente, o Encontro alinhou-se às necessidades de desenvolvimento nº 5 e nº 6 previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do Ibama para o exercício de 2025, reafirmando seu caráter de ação formativa estratégica, vinculada ao aprimoramento institucional e à qualificação da atuação do Instituto frente aos desafios socioambientais contemporâneos.

2. OBJETIVOS DO IX ENEA

O IX Encontro Nacional de Educação Ambiental (IX ENEA) do Ibama foi estruturado a partir da temática central “Estratégias de EA, ações locais, justiça ambiental e fortalecimento institucional em tempos de emergência climática”, refletindo os desafios atuais enfrentados pelo Ibama no contexto da crise climática e socioambiental e a necessidade de respostas institucionais articuladas.

Objetivo Geral

O objetivo geral do IX ENEA foi promover o fortalecimento institucional da Educação Ambiental no Ibama, por meio de intercâmbio de saberes, da valorização das práticas educativas desenvolvidas no Instituto e da articulação entre as diferentes áreas, unidades e instituições parceiras, contribuindo para o enfrentamento dos desafios impostos pela emergência climática e pelas desigualdades socioambientais.

Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, o Encontro delineou os seguintes objetivos específicos, considerados essenciais para a qualificação da política pública de EA no âmbito do Ibama:

1. Divulgar e valorizar a Educação Ambiental do Ibama, englobando as atividades desenvolvidas junto às diversas diretorias da sede e unidades descentralizadas;
2. Promover a partilha de experiências e práticas educativas, fortalecendo a integração entre os educadores ambientais e contribuindo para o fortalecimento institucional da EA no Ibama;
3. Fomentar o diálogo e o aprimoramento do entendimento sobre a Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental Pública (EA na GAP), em suas dimensões conceituais, metodológicas e operacionais;
4. Discutir e identificar as estratégias de EA, ações locais e abordagens de justiça ambiental que contribuam para o fortalecimento institucional do Ibama em contextos de emergência climática.

3. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO

O IX Encontro Nacional de Educação Ambiental do Ibama (IX ENEA) foi concebido na modalidade híbrida, com carga horária total de 25 horas-aula, estruturando-se como ação formativa integrada, orientada tanto ao intercâmbio de experiências quanto à reflexão estratégica sobre o papel da Educação Ambiental no âmbito da gestão ambiental pública.

3.1. Estrutura do Evento e Integração Estratégica

A organização do evento foi planejada em três fases complementares e indissociadas - pré-encontro virtual, encontro presencial e pós-encontro virtual – de modo a favorecer a preparação prévia dos participantes através de compartilhamento de materiais bibliográficos, o aprofundamento dos debates presenciais e a sistematização dos resultados alcançados.

A etapa virtual prévia, realizada nos dias 10 e 11 de julho de 2025, por meio da plataforma Microsoft Teams, teve como foco a socialização e apresentação das ações de EA desenvolvidas pelas EEAAs e pelas diretorias do Ibama até junho de 2025. Esse momento cumpriu papel fundamental de nivelamento de informações, permitindo o reconhecimento da diversidade de práticas existentes no Instituto e subsidiando os debates das etapas subsequentes.

As atividades presenciais ocorreram em Manaus/AM, na Superintendência do Ibama no Amazonas (Supes/AM), nos dias 20, 21 e 26 de julho de 2025. Essa concentrou os principais momentos de aprofundamento conceitual, troca de experiências e construção coletiva. Entre as atividades realizadas nesta etapa, destacaram-se a apresentação da Linha do Tempo da EA do Ibama; Rodas de Conversa sobre a EA na GAP – discutindo o papel, a prática e as estratégias necessárias frente à emergência climática e justiça ambiental, com ênfase no papel do educador ambiental e nas práticas institucionais; a partilha das experiências do Projeto Político e Pedagógico da Zona Costeira e Marinha (PPPZCM); e a divisão de grupos de trabalho temáticos para planejar a Educação Socioambiental do Ibama para os próximos meses.

As áreas temáticas abordadas nos momentos de partilha e nos grupos de trabalho contemplaram diferentes dimensões da atuação institucional do Ibama, incluindo: Proteção e Manejo de Fauna; Gestão dos Recursos Pesqueiros; Recuperação de Recursos Hídricos e Áreas Degradadas; Prevenção de Desmatamento e Manejo Integrado do Fogo; Cadastramento e Licenciamento Ambiental Federal; Controle de Substâncias Perigosas e Logística Reversa; Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS); e Emergências Climáticas. Essa diversidade temática contribuiu para evidenciar o caráter transversal da Educação Ambiental e sua articulação com as áreas finalísticas do Instituto.

Com vistas à otimização de recursos e ao fortalecimento da articulação temática, o IX ENEA foi realizado de forma integrada ao VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza (VIII Congresso Lusófono), sediado em Manaus/AM entre 21 e 25 de julho de 2025. Nesse contexto, a Roda de Conversa do dia 26/07/2025 dedicou-se a debater e refletir sobre as atividades mais relevantes vivenciadas no Congresso Lusófono, promovendo o diálogo entre os educadores ambientais do Ibama frente as parcerias formadas durante o evento.

O pós-encontro virtual, realizado em 04 de agosto de 2025, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, teve como objetivo a avaliação geral do IX ENEA e do VIII Congresso Lusófono, bem como a discussão dos encaminhamentos e das estratégias futuras para a Educação Ambiental do Ibama.

3.2. Público-Alvo e Participação

O Encontro foi direcionado aos servidores do Ibama - técnico administrativo, técnico ambiental, analista ambiental, analista administrativo -, com foco prioritário em integrantes do Cipea, das EEAAs e em servidores que atuam diretamente com a temática da EA nas unidades descentralizadas ou nas diretorias da sede.

Buscou-se assegurar a participação representativa dos diferentes estados e das diferentes áreas finalísticas do instituto, incentivando a indicação de, ao menos, um servidor por diretoria e viabilizando ida de um servidor por UF para participação presencial, de modo a fortalecer a articulação intersetorial e a transversalidade da Educação Ambiental no Ibama.

No total, registraram-se 113 inscrições entre servidores e colaboradores, dos quais 63 concluíram a capacitação por terem atendido à carga horária mínima exigida. Destes, 44 participaram exclusivamente como cursistas, e 19 servidores atuaram também nas funções de coordenação, instrução ou monitoria. A emissão de certificado foi condicionada à frequência mínima de 90% da carga horária total e à realização da avaliação de reação, conforme os critérios estabelecidos para o evento institucional.

3.3. Encaminhamentos Metodológicos Relevantes

A metodologia adotada no IX ENEA priorizou a construção coletiva de saberes, por meio abordagens dialógicas e participativas, valorizando a diversidade de experiências, contextos territoriais e práticas institucionais dos educadores ambientais participantes.

Como parte do processo metodológico, a avaliação de reação - com prazo de finalização até 20 de setembro de 2025 -, aliada às discussões realizadas ao longo do Encontro, subsidiou a sistematização dos encaminhamentos propostos e refletidos também no denominado "Mural de Ideias". Esses encaminhamentos foram organizados em seis eixos estratégicos para o fortalecimento e futuro da EA no Instituto. Portanto, entre os principais eixos debatidos ficaram: Comunicação e Publicações; Capacitação e Perfil do Educador Ambiental; Revisão de Normativas; Orçamento; Programas e Metas Institucionais Encontros e Articulação; e Articulação entre Cenea e Dilic.

A consolidação desses eixos metodológicos constituiu base relevante para a formulação das recomendações institucionais apresentadas nos capítulos subsequentes desta Relatoria Final.

4. SÍNTESI TEMÁTICA DOS DEBATES

O IX Encontro Nacional de Educação Ambiental do Ibama (IX ENEA) constituiu um espaço qualificado de análise crítica e reflexão coletiva sobre a política de Educação Ambiental (EA) do Instituto. Os debates foram organizados em torno dos seis eixos temáticos estratégicos, voltados ao fortalecimento institucional da EA e ao aprimoramento de suas abordagens metodológicas, especialmente frente aos desafios impostos pela crise climática e pela busca por justiça social e ambiental.

As atividades do Encontro foram conduzidas a partir de metodologias dialógicas e participativas, como Rodas de Conversa; vivências e acolhimentos dinâmicos; partilhas e apresentações, que favoreceram a escuta qualificada, o intercâmbio de experiências e a convergência de perspectivas entre os educadores ambientais do Ibama, respeitando a diversidade de contextos territoriais e de áreas de atuação institucional.

4.1. Educação Ambiental e Identidade Institucional do Ibama

O debate acerca da identidade institucional da Educação Ambiental no Ibama partiu do reconhecimento de que a EA integra a atuação do Instituto desde sua criação, em 1989. Ao longo dos anos, esse campo foi sendo progressivamente institucionalizado, com destaque para a criação do Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (Cipea), estabelecido em 2016, e, mais recentemente, para a consolidação do Centro Nacional de Educação Ambiental (Cenea), que passou a desempenhar papel estratégico na coordenação e no fortalecimento da política de EA no Ibama. No âmbito do IX ENEA, esse processo histórico foi retomado por meio de atividades específicas, como a discussão mediada através da atividade intitulada "O Eu Educador(a) Ambiental do Ibama" e da apresentação da "Linha do Tempo da Educação Ambiental do Ibama". Esses momentos tiveram como objetivo alinhar compreensões, fortalecer o sentimento de pertencimento institucional e integrar as diferentes percepções e práticas desenvolvidas pelas unidades do Ibama.

Os debates evidenciaram a percepção compartilhada entre os participantes de que a Educação Ambiental ainda enfrenta desafios relacionados ao seu reconhecimento interno, sendo, por vezes, compreendida como atividade acessória, secundária ou complementar. Nesse sentido, os educadores ambientais defenderam a necessidade de elevar o patamar institucional da EA, reafirmando seu caráter estratégico para a gestão ambiental pública.

Entre os encaminhamentos considerados prioritários, destacou-se a proposta de elaboração de um texto explicativo institucional, voltado aos demais servidores do Ibama, com o objetivo de reduzir o desconhecimento interno sobre as ações, estratégias, finalidades e relevância da Educação Ambiental no Instituto. Ademais, foi sugerida a criação de uma Portaria específica que reconheça formalmente o papel do educador ambiental no Ibama, bem como a atualização das portarias que regulamentam o Cipea e as Equipes de Educação Ambiental (EEAs), incluindo a definição de carga horária mínima destinada às atividades de EA.

4.2. Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública (EA na GAP)

Um dos eixos centrais do IX ENEA foi constituído pela Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental Pública (EA na GAP), sendo amplamente debatida em Rodas de Conversa e nos grupos de trabalho temáticos. As discussões visaram aprofundar a compreensão sobre o papel da EA no contexto da ação finalística do Ibama, bem como sobre as práticas educativas necessárias para fortalecer a gestão socioambiental.

Nesse contexto, também foram compartilhadas experiências relacionadas às ações e implementação do Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha (PPPZCM), que serviram de base para reflexão sobre a integração entre Educação Ambiental, gestão territorial e participação social. A partir dessas experiências, emergiu recomendação de adoção mais sistemática da Plataforma MonitoraEA, com seus 27 indicadores, como ferramenta de gestão e instrumento de planejamento, monitoramento, avaliação e rastreabilidade das políticas e projetos de EA. Sugeriu-se, ainda, a incorporação do uso dessa plataforma às condicionantes de licenciamento ambiental federal, como forma de qualificar e dar maior consistência às ações educativas vinculadas a esses processos.

A EA na GAP foi discutida por meio de apresentações de servidores experientes na temática e através da organização em grupos voltados à atividade intitulada “Partilha da Educação Socioambiental do Ibama para o segundo semestre de 2025”, buscando integrar a EA às atividades finalísticas do Instituto. As áreas temáticas priorizadas nesses debates incluíram:

- Proteção e o Manejo de Fauna;
- Gestão dos Recursos Pesqueiros;
- Recuperação de recursos hídricos e Áreas Degradadas;
- Prevenção de Desmatamento e Manejo Integrado do Fogo;
- Cadastramento de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos ambientais e no Licenciamento Ambiental Federal;
- Controle da importação e uso de substâncias perigosas e na logística reversa dos resíduos perigosos;
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Emergências Climáticas.

Esses debates reforçaram a compreensão da Educação Ambiental como dimensão transversal e indissociável da gestão ambiental pública.

4.3. Práticas Territoriais e Experiências das EEAs

O pré-encontro virtual foi uma etapa dedicada à divulgação, valorização e socialização das práticas de Educação Ambiental desenvolvidas no âmbito do Ibama, por meio da apresentação das ações realizadas pelas Equipes de Educação Ambiental (EEAs) e diretorias até junho de 2025.

Foram compartilhadas experiências provenientes de diversas Superintendências, incluindo AM, AP, SC, SP, CE, BA, PI, TO, PE, PR e AC, além de iniciativas desenvolvidas pela Sede, com destaque para o Prevfogo/Dipro e outras diretorias finalísticas. Entre as práticas apresentadas, destacaram-se o Programa Quelônios da Amazônia (PQA); a distribuição de mudas nativas no âmbito do projeto “Gente que planta é gente linda”, em Santa Catarina; a participação de servidores em comissões, conferências, fóruns e Grupos de Trabalhos de EA e Meio Ambiente; o projeto de Recuperação de Nascente na TI Xukuru do Ororubá, em Pernambuco; e a formação de multiplicadores no que tange a temática de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP).

O intercâmbio dessas e outras experiências contribuiu para o fortalecimento de vínculos entre os educadores ambientais e para o reconhecimento da diversidade de contextos, possibilidades e estratégias adotadas nos diferentes territórios. Houve consenso quanto à importância de promover mecanismos permanentes de troca e de articulação entre as EEAs, de modo a favorecer a aprendizagem institucional contínua e a consolidação da Educação Ambiental no Ibama.

4.4.

Articulação Institucional e Intersetorial

A articulação intersetorial foi destacada como uma das prioridades no âmbito do IX ENEA, sendo materializada – entre outras ações - pela integração do Encontro com o VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza (VIII Congresso Lusófono), realizado também em Manaus/AM, entre 21 e 25 de julho de 2025.

Essa integração permitiu otimizar recursos, ampliar o diálogo temático e promover a aproximação com instituições parceiras, de dentro e fora do Brasil. Nesse sentido, a participação dos educadores ambientais do Ibama em atividades autogestionadas por diferentes institutos e parceiros – nacionais e internacionais – foi uma grande oportunidade de troca e aprendizado, com novas formas de se fazer e pensar a EA frente as problemáticas ambientais contemporâneas que tem seus efeitos negativos compartilhados por todo o mundo.

As atividades presenciais do IX ENEA incluíram uma Roda de Conversa específica para discutir e refletir sobre as atividades mais relevantes vivenciadas no Congresso Lusófono, estimulando o intercâmbio de perspectivas tendo em vista o contato com distintas realidades.

Os educadores ambientais também relataram que a participação no Congresso evidenciou que desafios como a descontinuidade de ações e a limitação de recursos não são exclusivos do Ibama, sequer do Brasil, mas compartilhados por outros grupos, instituições e países. Esse reconhecimento reforçou a importância da cooperação interinstitucional como estratégia para o fortalecimento da Educação Ambiental como um todo.

Como encaminhamento, destacou-se a necessidade de intensificar a articulação da EA do Ibama com o MMA e o ICMBio, por meio de aproximações mais frequentes e do desenvolvimento de ações e trabalhos conjuntos. Internamente, o Encontro priorizou a articulação entre o Cenea e as Diretorias Finalísticas (Dilic, Diqua, DBFlo e Dipro), em especial a Dilic que contava com alto número de representantes presenciais, propondo dar maior visibilidade aos programas de condicionantes e incentivar a divulgação das ações de EA desenvolvidas por elas, inclusive mediante sua incorporação aos boletins informativos periodicamente divulgados pela Dilic.

4.5.

Educação Ambiental frente à Emergência Climática e à Justiça Ambiental

A emergência climática e a justiça ambiental constituíram temas transversais e centrais do IX ENEA. As Rodas de Conversa e demais atividades participativas proporcionaram debates voltados à identificação de estratégias de EA e de ações locais capazes de responder aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, bem como às desigualdades socioambientais e o racismo ambiental.

Os participantes enfatizaram a necessidade de construção de um futuro ambientalmente responsável e socialmente justo, destacando o papel estratégico da EA nesse processo. Entre as propostas levantadas, destacam-se:

- Perspectiva Decolonial: a inclusão de momentos sistemáticos de escuta e diálogo com comunidades tradicionais nos encontros e ações de EA, buscando uma perspectiva decolonial no planejamento das ações ao promover e incorporar saberes tradicionais nos planejamentos das políticas e das práticas educativas.
- ODS e A3P: o alinhamento das ações de EA e da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tendo como ênfase aqueles relacionados às mudanças climáticas e sua sensibilização - tal como o ODS 13.
- Eventos Temáticos: a proposta de realização do I Colóquio ou Simpósio Nacional de Mudanças Climáticas do Ibama, com participação de servidores acadêmicos e comunidade acadêmica, como espaço de aprofundamento técnico-científico.

O IX ENEA reforçou, assim, a compreensão da EA como instrumento estratégico para o enfrentamento das emergências climáticas e para a promoção da justiça ambiental, reafirmando seu papel central na atuação do Ibama quanto órgão de gestão ambiental pública para a construção de uma sociedade ambientalmente responsável.

5. PRINCIPAIS CONVERGÊNCIAS E APRENDIZADOS DO IX ENEA

O IX Encontro Nacional de Educação Ambiental do Ibama (IX ENEA) ultrapassou o cumprimento de sua função programática ao consolidar consensos relevantes e visões compartilhadas entre educadores ambientais provenientes das unidades descentralizadas e das diretorias do Instituto. As discussões aprofundadas, as Rodas de Conversa e a construção coletiva dos encaminhamentos no "Mural de Ideias" evidenciaram um grau elevado de convergência de entendimento quanto ao papel estratégico e o futuro da Educação Ambiental (EA) e às direções necessárias para seu fortalecimento institucional no âmbito federal.

As convergências identificadas refletem um processo de amadurecimento coletivo e engajamento da EA no Ibama, ancorado tanto na experiência acumulada das Equipes de Educação Ambiental (EEAs) quanto na leitura crítica dos desafios contemporâneos da gestão ambiental pública.

5.1. Reforço da Identidade e Fortalecimento Institucional

Um dos entendimentos mais recorrentes entre os participantes ao longo do IX ENEA foi a necessidade urgente de elevar o status da EA no Ibama, desassociando-a da percepção de "atividade secundária" e reposicionando-a como um instrumento essencial da política institucional e ambiental federal.

Nesse sentido, consolidaram-se consensos institucionais relevantes:

- Necessidade de Formalização do Educador Ambiental: Houve convergência quanto à importância de reconhecer formalmente os servidores que atuam com Educação Ambiental e dedicados à área, por meio da criação de uma Portaria específica do Educador Ambiental. Também foi consensual a necessidade de atualização das portarias do Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (Cipea) e das EEAs, incluindo a definição expressa de carga horária mínima destinada às atividades de EA.
- Visibilidade e Comunicação Interna: Foi amplamente reconhecida a carência de instrumentos de comunicação voltados ao público interno do Ibama sobre o que é EA e qual o papel dela no Ibama. Destacou-se a necessidade de elaboração de um texto institucional explicativo, elucidativo e acessível, destinado ao público interno do Ibama, que apresente as ações, estratégias, fundamentos e a relevância da Educação Ambiental no Instituto, contribuindo para reduzir o desconhecimento interno e fortalecer a legitimidade da agenda.
- Integração da EA ao planejamento estratégico e orçamentário institucional: Outro ponto de convergência foi a compreensão de que a sustentabilidade, sobrevivência e expansão da EA dependem da sua inserção efetiva no planejamento orçamentário e estratégico do Ibama. Defendeu-se a criação e inclusão de metas institucionais de EA nos instrumentos de planejamento do Instituto, de forma a restaurar uma ação orçamentária específica no Plano Plurianual (PPA), resgatando o modelo de experiências anteriores, como as desenvolvidas no período da antiga Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEAM).

5.2. Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental Pública (EA na GAP)

Os debates evidenciaram um entendimento compartilhado de que a Educação Ambiental deve estar integrada às atividades finalísticas do Ibama, atuando como ferramenta estratégica de transformação, para prevenção de ilícitos, qualificação da GAP e fortalecimento da participação social.

Entre os principais entendimentos convergentes, destacaram-se:

- Integração com as Áreas Finalísticas: Foi compreendido que, como dimensão transversal, que a EA deve estar intrinsecamente ligada às diretorias finalísticas, devendo atuar nas diversas áreas temáticas críticas do Instituto - incluindo, mas não se limitando à Proteção e Manejo de Fauna, Gestão de Recursos Pesqueiros, Prevenção de Desmatamento, Manejo Integrado do Fogo,

Licenciamento Ambiental Federal e Logística Reversa.

- Gestão e Rastreabilidade de Políticas: Tornou-se evidente a necessidade de adoção sistemática da Plataforma MonitoraEA como ferramenta de planejamento, gestão, e avaliação das políticas de EA, utilizando seus indicadores para orientar e qualificar projetos, garantindo dessa forma maior consistência institucional. Foi sugerida, ainda, que o uso desta plataforma seja incorporado às condicionantes do licenciamento ambiental, garantindo efetividade e rastreabilidade das ações educacionais.
- Comunicação das Ações Vinculadas às Condicionantes: Os participantes apontaram para a carência de materiais de divulgação de ações educativas associadas aos programas de condicionantes do Licenciamento, destacando a importância de ampliar sua visibilidade tanto no âmbito interno quanto externo ao Instituto.

5.3. A Educação Ambiental como Resposta à Crise Socioambiental

O tema central do IX ENEA, focado em justiça ambiental e emergência climática, impulsionou a consolidação de uma perspectiva de EA crítica e transformadora, orientada para os enfrentamentos das desigualdades socioambientais.

Entre os valores e direcionamentos compartilhados, destacaram-se:

- Justiça Ambiental e Racismo Ambiental: Houve um reconhecimento da necessidade de aprofundar o debate sobre essas temáticas, integrando essas pautas nas estratégias futuras do Instituto ao identificar seus impactos desiguais sobre populações vulnerabilizadas/marginalizadas.
- Perspectiva Decolonial e Vulnerabilidade: Consolidou-se a compreensão de que os encontros, planejamentos e ações da EA devem incorporar momentos sistemáticos de escuta de comunidades tradicionais, integrando seus saberes e buscando incorporar a perspectiva decolonial nas ações do Ibama ao trabalhar efetivamente com as populações em questão.
- Engajamento frente à Emergência Climática: A relevância da agenda de emergência climática levou à proposta de criar um evento específico, como o I Colóquio ou Simpósio Nacional de Mudanças Climáticas do Ibama, com a participação de servidores e acadêmicos, a fim de gerar conhecimento e estratégias focalizadas. Também foi ressaltada a importância de alinhar as ações de EA aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente àqueles relacionados à mudança climática.

5.4. Consolidação da Rede de Educadores e Articulação de Saberes

As vivências do IX ENEA, associadas à integração com o VIII Congresso Lusófono, reforçaram a importância da rede de educadores ambientais como espaço de resistência, aprendizagem e inovação institucional devido às trocas de metodologias e experiências.

Entre os aprendizados-chave, destacaram-se:

- Intercâmbio e Sentimento de Pertencimento: Ficou evidente que espaços de troca entre as EEAs são cruciais para fortalecer o sentimento de pertencimento institucional, favorecer o compartilhamento de metodologias diversas – inclusive as mais participativas, ativas e lúdicas - e promover a aprendizagem coletiva.
- Reconhecimento de Desafios Compartilhados: A participação no Congresso Lusófono, com suas vivências experimentadas nacionais e internacionais, evidenciou que as dificuldades enfrentadas pelos educadores ambientais do Ibama (como a descontinuidade de ações e limitações orçamentárias e de recursos) são desafios comuns globais, reforçando a importância da resistência e da articulação em rede.
- Inovação e Ocupação de Espaço: Consolidou-se um entendimento comum de que a EA precisa ocupar novos espaços, ampliando sua presença em locais tanto físicos quanto digitais, estimulando a produção de materiais virtuais, a oferta de cursos específicos para esse meio e a reflexão crítica

sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) na área.

Essas convergências refletem um caminho consistente para a profissionalização, institucionalização e integração efetiva da Educação Ambiental no Ibama e em suas políticas públicas.

6. TENSÕES, DESAFIOS E LACUNAS IDENTIFICADAS

A análise crítica dos debates e dos encaminhamentos propostos no IX Encontro Nacional de Educação Ambiental do Ibama (IX ENEA) revelou a existência de um conjunto de desafios estruturais, normativos, orçamentários e operacionais que ainda limitam a consolidação da Educação Ambiental (EA) como política pública e área estratégica no Instituto.

As principais tensões identificadas concentram-se na fragilidade normativa, na insuficiência de reconhecimento institucional do corpo técnico, na instabilidade orçamentária e nas lacunas de articulação interna e formativa do papel do educador ambiental e na articulação efetiva da EA com as diretorias finalísticas.

6.1. Desafios de Natureza Normativa e de Reconhecimento de Pessoal

Apesar dos avanços recentes e crescentes na institucionalização da EA, a ausência de um marco normativo atualizado e a falta de reconhecimento formal do corpo técnico constituem lacunas significativas que impactam a continuidade e a qualidade das ações educativas.

Entre os principais desafios, destacaram-se:

- Atualização de Marco Regulatório: Foi identificada a necessidade de promover a atualização da portaria que estabelece as diretrizes e linhas de ação da EA do Ibama, bem como a revisão do Plano Anual Nacional de Gestão da Educação Ambiental (Pangea), de modo a alinhá-lo às transformações institucionais recentes.
- Formalização do Educador Ambiental: Os servidores sinalizaram a urgência de criar uma Portaria específica do Educador Ambiental, sendo sua ausência apontada como um entrave recorrente. Adicionalmente, destacou-se a necessidade de atualização das portarias das Equipes de Educação Ambiental (EEAs) e dos representantes do Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (Cipea), com definição explícita de carga horária mínima de dedicação à EA. A falta de servidores com dedicação exclusiva para atuar na EA foi reconhecida como fator de fragilidade, levando à sugestão de modelos específicos de dedicação para programas específicos estratégicos, a exemplo do Programa Quelônios da Amazônia (PQA).
- Gestão de Pessoas e qualificação: Foi proposta a criação de um banco de talentos da EA no Ibama, bem como a vinculação da formalização do educador ambiental à participação em processos formativos institucionais, como cursos virtuais de EA ofertados pelo Instituto.

6.2. Lacunas Orçamentárias e de Planejamento Estratégico

A limitação de recursos financeiros e a dificuldade de planejamento de longo prazo configuram-se como desafios estruturais para a ampliação e sustentabilidade das ações de EA das EEAs.

Nesse campo, destacaram-se:

- Transparência e previsibilidade orçamentária: A necessidade de garantir, divulgar e planejar o uso dos recursos destinados à EA foi apontada como condição essencial para a continuidade das ações desenvolvidas pela sede e EEAs.
- Restauração de ação Orçamentária Específica: Foi considerada prioritária a retomada de uma ação dedicada à EA no Plano Plurianual (PPA), nos moldes da experiência da antiga CGEAM.
- Mecanismos Complementares de Financiamento: Sugeriu-se a análise de viabilidade de um edital interno para projetos de EA, como forma de complementar os recursos já disponibilizados às EEAs – consolidando-se como estratégia de fortalecimento das ações desenvolvidas.

- Monitoramento e Metas Institucionais: Para integrar a EA ao planejamento institucional global do Ibama, propôs-se a criação de uma linha do tempo dos recursos humanos e financeiros da área e a definição/inclusão de metas institucionais específicas de EA no planejamento do Instituto.

6.3. Gaps de Articulação Interna e Transversalidade

O IX Enea evidenciou desafios relacionados à articulação intersetorial interna e à comunicação do papel da EA no âmbito do quadro de servidores do próprio Instituto.

Entre os principais pontos, destacaram-se:

- Desconhecimento Institucional: Observou-se que persistem lacunas no entendimento, por parte de demais servidores, acerca das ações, estratégias e relevância da EA do Instituto, reforçando a necessidade de ações sistemáticas de comunicação interna.
- Articulação com Áreas Finalísticas: Foi identificada a necessidade de fortalecer a integração entre o Centro Nacional de Educação Ambiental (Cenea) e as diretorias finalísticas, ampliando a visibilidade das ações vinculadas aos programas de condicionantes e sua divulgação nos boletins institucionais.
- Estruturação de Trabalho Contínuo: Foi debatida a necessidade de definir formatos mais estáveis de articulação e de trabalho contínuo, optando por Grupos de Trabalho (GTs) permanentes ou arranjos regionais/por bioma, bem como discutir com as áreas finalísticas das Superintendências as principais questões e oportunidades para inclusão de projetos em programas nacionais de EA.
- Articulação Externa: Também foi destacada a importância de ampliar a integração institucional entre a educação ambiental do Ibama com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), visando ações conjuntas mais coordenadas, com maior alinhamento no âmbito federal.

6.4. Desafios Formativos e de Alinhamento Metodológico

As lacunas formativas e metodológicas evidenciam tensões entre o discurso institucional da EA em sua dimensão crítica e as práticas cotidianas.

Entre os principais desafios, destacaram-se:

- Qualificação Profissional: Foi apontada a demanda por capacitações presenciais estruturadas, inspiradas em experiências como o Curso de Gestão Socioambiental do ICMBio, voltadas aos servidores do Ibama.
- Metodologias e Tecnologias: Sugeriu-se a criação de cursos específicos sobre produção de materiais virtuais a serem disponibilizados na escola virtual do Ibama. Ademais, a discussão sobre a Inteligência Artificial e a Educação Ambiental apontou que é necessário publicar mais conteúdo alinhado à macrotendência crítica, visto que as ferramentas atuais tendem a reproduzir predominantemente resultados da macrotendência pragmática.
- Inconsistência entre Discurso e Prática: durante o Encontro, foram observadas tensões entre os princípios defendidos pelo discurso crítico da EA e situações práticas cotidianas do Instituto, como a mistura de lixo orgânico e reciclável nas lixeiras e ausência de abordagens mais consistentes sobre transição alimentar, evidenciando o desafio de transformar práticas institucionais e seus comportamentos individuais e coletivos do dia a dia.
- Perspectiva Crítica e Decolonial: Para um alinhamento com os temas centrais do IX ENEA (justiça ambiental e emergência climática), foi reiterada a proposta de inclusão de momentos de escuta de comunidades tradicionais nos encontros de EA, incorporando uma perspectiva decolonial aos debates.
- Organização de Eventos Futuros: A experiência do VIII Congresso Lusófono trouxe aprendizados sobre a necessidade de evitar pulverização excessiva de atividades e concorrência de programação, sendo citada como lição para a organização de futuros encontros, recomendando-se maior clareza na separação entre painéis, oficinas e espaços formativos para participação dos inscritos.

O IX Encontro Nacional de Educação Ambiental do Ibama (IX ENEA) gerou resultados de natureza institucional, formativa e relacional, consolidando a Educação Ambiental (EA) como uma agenda estratégica, transversal e indissociável da missão do Instituto. A realização do Encontro em formato híbrido, aliada à sua integração com o VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (VIII Congresso Lusófono), ampliou o alcance, a densidade dos debates e o potencial de incidência institucional dos resultados alcançados.

Os resultados aqui sistematizados expressam tanto produtos imediatos quanto efeitos estruturantes, relacionados ao fortalecimento da política de Educação Ambiental no Ibama, à qualificação do corpo técnico e à consolidação de redes internas e externas de educadores ambientais.

7.1. **Resultados Institucionais**

O IX ENEA constituiu-se como uma ação de desenvolvimento de pessoas que se fundamentou nas necessidades nº 5 e 6 do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do Ibama de 2025. Sua realização demonstrou a capacidade de articulação interinstitucional entre o Centro Nacional de Educação Ambiental (Cenea), o Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (Cipea), o Gabinete da Presidência do Ibama (Gabin) e da Coordenação de Educação Corporativa (Ceduc), viabilizando pela primeira vez uma capacitação híbrida e integrada a um Congresso internacional de Educação Ambiental, sinalizando o fortalecimento da agenda de EA no Instituto.

O Encontro reafirmou o objetivo geral de promover o fortalecimento institucional da EA no Ibama, fomentando o intercâmbio de saberes, a valorização das práticas educativas e a articulação entre as Unidades Descentralizadas, diretorias e parceiros. A definição do tema central — “Estratégias de EA, ações locais, justiça ambiental e fortalecimento institucional em tempos de emergência climática” — assegurou o alinhamento das discussões com a temática do VIII Congresso Lusófono, com os desafios contemporâneos da gestão ambiental pública e com as agendas prioritárias do Estado brasileiro.

Destaca-se, como resultado institucional simbólico e estruturante, a realização da 1ª Edição do Prêmio José Silva Quintas de Educação Ambiental, concedido à servidora Ana Rosa Marques. Essa premiação, que ocorreu no último dia presencial do Encontro, impulsionou a construção de uma proposta para sua institucionalização no âmbito do Cenea e Cipea, buscando reconhecer e valorizar boas práticas de EA comprometidas com a justiça climática, transformação social e o legado histórico do educador ambiental José Silva Quintas para com a EA crítica no Brasil.

7.2. **Resultados Formativos**

Com uma carga horária total de 25 horas, distribuídas na modalidade híbrida, o IX Enea teve como foco a ampliação dos referenciais teóricos, metodológicos e estratégicos dos servidores, estimulando o pensamento crítico, a reflexão sobre a prática institucional e o fortalecimento da liderança colaborativa na agenda de Educação Ambiental.

- Conteúdos e percursos formativos

O percurso formativo incluiu apresentações das atividades desenvolvidas e em desenvolvimento pelas EEA, vivências de acolhimento participativas, reflexão sobre o papel do(a) educador(a) ambiental e a apresentação da Linha do Tempo da Educação Ambiental no Ibama, promovendo o resgate histórico e a valorização da trajetória institucional da EA. Também fez parte do percurso programático e formativo as Rodas de Conversa sobre a Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental Pública (EA na GAP), que possibilitaram o aprofundamento conceitual sobre o papel da EA na atuação do Instituto, promovendo o debate entre a prática atual e a EA necessária para o enfrentamento dos desafios socioambientais contemporâneos.

No geral, as discussões abordaram, de forma transversal, temas como estratégias de EA, ações locais, racismo e justiça ambiental, fortalecimento institucional e emergência climática. Incluiu-se na realização do Encontro a partilha de experiências do Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha (PPPZCM) e a construção coletiva da Educação Socioambiental do Ibama para o segundo

semestre de 2025, organizada em grupos temáticos alinhados às áreas finalísticas do Instituto, como Fauna, Manejo Integrado do Fogo, Pesca, Licenciamento Ambiental Federal e Emergências Climáticas.

- Participação e certificação

Dos 113 inscritos, 63 participantes concluíram a capacitação, atendendo à carga horária mínima exigida. A certificação foi condicionada à frequência mínima de 90% e à realização da avaliação de reação, assegurando o caráter formativo e avaliativo do Encontro.

7.3. Fortalecimento de Redes Internas

O IX ENEA proporcionou um espaço estratégico crucial de fortalecimento da rede interna de educadores ambientais do Ibama, promovendo a valorização das práticas educativas desenvolvidas nas diferentes realidades territoriais e setoriais do Instituto. Através do intercâmbio de saberes, se deu o reforço o senso de pertencimento institucional.

- Troca de experiências estaduais e setoriais

O pré-encontro virtual dedicou-se à apresentação das atividades de EA desenvolvidas pelas EEAs das Superintendências e pelas diretorias da sede até junho de 2025. Foram compartilhadas experiências de unidades como Amazonas, Amapá, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Bahia, Piauí, Tocantins, Pernambuco, Paraná, Mato Grosso do Sul, Acre e Distrito Federal, além de ações da Sede, como as desenvolvidas pelo PrevFogo.

Entre as práticas apresentadas, destacaram-se o Programa Quelônios da Amazônia (PQA), o projeto "Gente que planta é gente linda" em Santa Catarina, a recuperação de nascentes na TI Xukuru do Ororubá em Pernambuco, e a formação de multiplicadores em Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF-APP).

- Diálogo entre áreas e instâncias institucionais

Os módulos presenciais buscaram promover o diálogo entre as ações territoriais e os processos de gestão do Cenea, aprofundando a reflexão sobre o papel do educador ambiental no Ibama. Destacou-se a discussão sobre a articulação entre o Cenea e as diretorias finalísticas, com vistas a ampliar a visibilidade das ações de EA vinculadas aos programas já existentes ou futuros e incentivar a divulgação das ações dos programas de condicionantes e incentivar a divulgação das ações de EA desenvolvidas por elas.

7.4. Articulação entre Educadores Ambientais

A articulação do IX Enea com o VIII Congresso Lusófono em Manaus (AM), entre 21 e 25 de julho de 2025, otimizou recursos, potencializou a articulação internacional e promoveu um intercâmbio de experiências entre falantes da língua portuguesa e diferentes culturas, ampliando o repertório conceitual e metodológico dos educadores ambientais do Ibama.

- Aprendizado coletivo e reconhecimento de desafios comuns

A Roda de Conversa realizada após o Congresso Lusófono permitiu o diálogo, possibilitou a partilha de impressões e a avaliação das atividades mais relevantes vivenciadas. Os educadores ambientais convergiram no entendimento de que os desafios enfrentados pelo Ibama (como a descontinuidade do trabalho e a dificuldade em angariar recursos) são questões compartilhadas por diferentes países e instituições, reforçando a importância da articulação em rede e da resistência coletiva.

- Ocupação de espaços estratégicos

A participação integrada no Congresso conferiu visibilidade ao Ibama no campo da Educação Ambiental, fortalecendo sua presença em espaços estratégicos de debate, especialmente no contexto amazônico. O Encontro foi percebido como um momento de articulação orgânica, no qual a atuação dos servidores do Ibama despertou interesse e aproximação de outros participantes e instituições. A presença institucional do Ibama foi amplamente notada, e esse resultado reforçou a compreensão da necessidade de o Ibama ocupar, de forma contínua e qualificada, os espaços coletivos de discussão e formulação sobre EA, justiça climática e políticas públicas ambientais.

8. ENCAMINHAMENTOS E RECOMENDAÇÕES

Os encaminhamentos sistematizados a partir do IX Encontro Nacional de Educação Ambiental do Ibama (IX ENEA), em especial aqueles registrados na atividade "Mural de Ideias", refletem consensos construídos coletivamente pelos educadores ambientais do Instituto e apontam para a necessidade de superação de desafios históricos, estruturais e institucionais da Educação Ambiental (EA).

Mais do que um rol de demandas pontuais, os encaminhamentos aqui apresentados conformam uma agenda estratégica de fortalecimento institucional da EA, orientada à consolidação de bases normativas, formativas, orçamentárias, comunicacionais e intersetoriais, capazes de posicionar a Educação Ambiental em um novo patamar no âmbito do Ibama, em consonância com os desafios da emergência climática, da justiça socioambiental e da gestão ambiental pública contemporânea.

8.1. Revisão de Normativas e Fortalecimento do Corpo Técnico

Para assegurar segurança jurídica, coerência institucional e reconhecimento funcional da EA no Ibama, torna-se prioritária a atualização do marco normativo que orienta a atuação da área e a formalização do papel do educador ambiental.

Recomenda-se a atualização da Portaria que estabelece as diretrizes e linhas de ação da EA no Ibama, de modo a abranger os avanços conceituais, metodológicos e políticos acumulados desde sua publicação, bem como a revisão do Plano Anual Nacional de Gestão da Educação Ambiental (Pangea), garantindo maior aderência à realidade institucional e às demandas territoriais.

No que tange ao corpo técnico, é fundamental revisar e atualizar as portarias que instituem as Equipes de Educação Ambiental (EEAs) e dos representantes do Comitê Intersetorial Permanente de Educação Ambiental (Cipea), incluindo, de forma expressa, a definição de carga horária mínimas de dedicação às atividades de EA. Essa medida visa conferir maior segurança institucional, previsibilidade de atuação e condições efetivas de trabalho aos servidores envolvidos.

De forma complementar, mas também como encaminhamento estruturante, destaca-se a proposição de criação de uma Portaria específica do Educador Ambiental do Ibama, com o objetivo de formalizar o papel do servidor que atua na temática, reconhecendo suas atribuições, responsabilidades e competências no âmbito da gestão ambiental pública (GAP).

8.2. Capacitação Permanente e Consolidação do Perfil do Educador Ambiental

O fortalecimento da educação ambiental do Ibama depende, de forma indissociável, da qualificação contínua e da consolidação de um perfil institucional de educador ambiental alinhado às diretrizes da EA crítica e socioambiental.

Nesse sentido, propõe-se a realização de uma capacitação presencial estruturante para os educadores ambientais do Ibama, inspirada no modelo de sucesso do curso de Gestão Socioambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com foco no resgate conceitual, no aprofundamento metodológico e na articulação entre EA e a gestão ambiental pública.

Para os novos ingressantes, recomenda-se assegurar a presença da Educação Ambiental nos processos de ambientação institucional e nos cursos de formação inicial promovidos pela Instituição, de modo a reforçar o caráter transversal da EA desde o primeiro contato e ingresso no serviço público ambiental.

Como critério para a formalização do perfil de educador ambiental, sugere-se estabelecer requisitos mínimos, tais como a participação em cursos virtuais de EA ofertados pelo próprio Ibama, entre outras exigências a serem definidas coletivamente (Cenea-Cipea). Complementarmente, propõe-se a criação de um banco de talentos da Educação Ambiental no Instituto, capaz de mapear competências, experiências e áreas de atuação dos servidores interessados.

Por fim, recomenda-se o desenvolvimento de um curso específico na Escola Virtual do Ibama voltado à produção de materiais educativos digitais, fortalecendo a capacidade institucional de comunicação e formação em EA. Neste último caso, com o adendo de que poderiam já existir propostas

de cursos similares disponibilizados na Escola Virtual do Governo (Enap).

8.3. Orçamento, Programas e Metas Institucionais

A sustentabilidade da política de EA no Ibama depende diretamente da garantia de recursos financeiros, humanos e institucionais, bem como à sua inserção estratégica nos instrumentos de planejamento do Instituto.

Nesse contexto, recomenda-se a retomada de uma ação orçamentária específica para a Educação Ambiental no Plano Plurianual (PPA), resgatando a estrutura existente à época da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEAM) do Ibama. Essa medida é essencial para conferir previsibilidade, autonomia e continuidade das ações de EA.

Adicionalmente, torna-se necessário garantir transparência na gestão desses recursos, com a divulgação do orçamento disponível para a EA e das possibilidades de uso, bem como a construção de uma linha do tempo dos recursos financeiros e humanos destinados à EA no Ibama ao longo dos anos.

Recomenda-se, ainda, a inclusão de metas institucionais de EA no planejamento global do Instituto, fortalecendo sua transversalidade e integração com as áreas finalísticas. No âmbito programático, propõe-se a elaboração e implementação de programas de EA de abrangência regional ou nacional, estruturados a partir de recortes territoriais e temáticos, em consonância com as realidades locais e os desafios socioambientais específicos de cada unidade.

8.4. Comunicação Institucional, Publicações e Difusão do Conhecimento

As ações de comunicação são estratégicas para ampliar a visibilidade da EA do Ibama e enfrentar o desconhecimento interno acerca de sua relevância, escopo e aplicabilidade na gestão ambiental pública.

Recomenda-se a atualização imediata do conteúdo de EA no site oficial do Ibama, bem como a elaboração de um texto institucional unificado, direcionado aos servidores do Instituto, que explique de forma clara as estratégias, ações, objetivos e contribuições da EA para as atividades finalísticas e transversais.

No campo da difusão técnico-científica, propõe-se estimular a publicação de artigos sobre Educação Ambiental em revista institucional ou dedicar uma edição temática da revista do Ibama à EA, valorizando a produção intelectual e as experiências acumuladas pelos servidores.

Outros encaminhamentos incluem a ratificação da Carta de Manaus, no contexto do debate sobre o Projeto de Lei 2.159/2021, e a contratação de um facilitador gráfico para os próximos Encontros Nacionais de Educação Ambiental (ENEA) do Ibama, como estratégia de sistematização visual e ampliação do alcance comunicacional dos debates.

8.5. Articulação Institucional e Intersetorial

O fortalecimento das redes de EA no Ibama requer a intensificação da articulação entre as unidades descentralizadas, diretorias e instituições parceiras, bem como o diálogo com os territórios e sujeitos historicamente envolvidos com a agenda socioambiental.

Recomenda-se promover o intercâmbio contínuo entre as Equipes de Educação Ambiental (EEAs), fortalecendo a circulação de experiências, metodologias e aprendizados. No âmbito interinstitucional, destaca-se a importância de ampliar a integração entre a EA do Ibama com as do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o ICMBio, visando ações conjuntas e aproximação mais frequente para maior convergência estratégica.

Diante da emergência climática, propõe-se avaliar a realização do I Colóquio ou Simpósio Nacional de Mudanças Climáticas do Ibama, reunindo servidores, pesquisadores e parceiros institucionais, como espaço de reflexão, produção de conhecimento e incidência política para viabilizar ações.

Para fortalecer integração da EA nas áreas finalísticas, recomenda-se que o Cenea e as Superintendências (Supes) promovam discussões sistemáticas sobre desafios e oportunidades, visando a definição de programas e diretrizes comuns. No diálogo com a Dilic, sugere-se ampliar a visibilidade de

ações de EA vinculadas aos programas de condicionantes, bem como integrar essas ações aos boletins informativos já divulgados periodicamente pela Diretoria.

Por fim, reafirma-se a importância de garantir, nos encontros e processos formativos de Educação Ambiental, momentos de escuta de comunidades tradicionais, assegurando uma perspectiva crítica, territorializada e decolonial, coerente com os princípios históricos da EA no Ibama.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IX Encontro Nacional de Educação Ambiental do Ibama (IX ENEA) constituiu-se como um marco no processo de reafirmação da Educação Ambiental como dimensão estratégica da gestão ambiental pública federal. Ao reunir educadores ambientais de diferentes territórios, áreas técnicas e trajetórias institucionais, o Encontro possibilitou não apenas a sistematização de experiências, mas sobretudo a produção coletiva de sentidos, diagnósticos e caminhos para o fortalecimento da Educação Ambiental no âmbito do Instituto.

Os debates realizados evidenciaram que a Educação Ambiental no Ibama possui trajetória histórica consolidada, acúmulo técnico e reconhecimento social, mas enfrenta desafios estruturais recorrentes, relacionados à institucionalização, à garantia de recursos, à formalização do papel do educador ambiental e à integração efetiva com as áreas finalísticas. Nesse sentido, o IX ENEA reafirmou que a superação desses desafios não se dará por iniciativas isoladas, mas por meio de uma agenda institucional articulada, contínua e politicamente orientada.

O Encontro como Marco Institucional

O IX ENEA cumpriu o objetivo de promover o fortalecimento institucional da EA, focando em temas cruciais como a emergência climática, a justiça ambiental, o racismo ambiental e a relevância da EA no Processo de Gestão Ambiental Pública (EA na GAP).

Um dos resultados mais significativos foi a cristalização de um entendimento coletivo de que a EA precisa ser elevada a um "novo patamar", deixando de ser percebida como uma atividade secundária e assumindo seu papel protagonista como instrumento essencial para a prevenção de ilícitos e para a construção de uma sociedade ambientalmente responsável. O reconhecimento formal, simbolizado pela cerimônia da 1ª Edição do Prêmio José Silva Quintas de Educação Ambiental, reforça a valorização do trabalho dos servidores e a importância do legado do educador José Silva Quintas para a educação ambiental no Brasil.

A centralidade do tema da emergência climática e da justiça socioambiental conferiu ao Encontro um caráter contemporâneo e estratégico, reposicionando a Educação Ambiental como ferramenta fundamental para a mediação de conflitos, o fortalecimento da participação social, a promoção da justiça ambiental e a qualificação dos processos de gestão ambiental pública. As metodologias participativas adotadas — como Rodas de Conversa e espaços de partilha de experiências — demonstraram a potência da construção coletiva e do diálogo como fundamentos da prática educativa no Ibama.

A integração do IX ENEA com o VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza ampliou o horizonte de análise, situando os desafios institucionais do Ibama em um contexto mais amplo, marcado por dificuldades comuns enfrentadas por educadores ambientais em diferentes países. Esse intercâmbio reforçou a importância da ocupação dos espaços coletivos de debate e da articulação em rede como estratégias de resistência, aprendizado e incidência política.

Continuidade, Articulação e Perspectivas Futuras

Os encaminhamentos consolidados ao longo do Encontro sinalizam a necessidade de avançar na revisão normativa, no fortalecimento do corpo técnico, na consolidação de processos formativos permanentes, na garantia de orçamento específico e na ampliação das estratégias de comunicação e difusão do conhecimento.

A principal função analítica do IX ENEA foi produzir um conjunto de Recomendações

Estratégicas que asseguram a continuidade e a sustentabilidade da política de EA. Estas recomendações, sistematizadas no "Mural de Ideias", fornecem um roteiro claro para a gestão da área, abordando as lacunas identificadas nos níveis orçamentário, normativo, formativo e de comunicação.

Mais do que recomendações operacionais, esses encaminhamentos expressam uma visão compartilhada de Educação Ambiental comprometida com a transformação social, com a gestão pública democrática e com a defesa dos territórios e dos modos de vida.

A continuidade da política depende intrinsecamente do sucesso na articulação institucional. As propostas de ações futuras exigem uma integração mais frequente e efetiva entre o Ibama, o MMA e o ICMBio, bem como uma maior articulação interna do Cenea com as diretorias finalísticas, garantindo que a EA esteja presente nas ações de Licenciamento, Fiscalização, Qualidade Ambiental e Gestão de Fauna e Flora.

As discussões finais do Encontro culminaram na indicação, de caráter consultivo, do município de Foz do Iguaçu (PR) como local para a realização do X Encontro Nacional de Educação Ambiental do Ibama. Essa escolha simbólica expressa o foco de resistência e o compromisso da rede de educadores ambientais em ocupar territórios estratégicos, fortalecer a presença institucional e dar continuidade ao trabalho coletivo, revelando a disposição da rede em seguir atuando de forma articulada frente aos desafios contemporâneos.

Por fim, o caminho traçado no IX ENEA reafirma a Educação Ambiental como instrumento estratégico para o futuro do Ibama, especialmente diante da crise climática, das desigualdades socioambientais e da complexidade crescente dos conflitos ambientais. Este relatório, ao sistematizar debates, resultados e encaminhamentos, busca contribuir não apenas para a memória institucional do Encontro, mas também para subsidiar decisões de gestão, fortalecer políticas públicas e inspirar reflexões acadêmicas e práticas futuras, tendo a justiça climática e a transformação social como elementos centrais da gestão ambiental pública federal.

10. ANEXOS

- Projeto Pedagógico do Curso - IX ENEA (SEI nº 23548729)
- Especificação de Evento Instrucional - EEI (SEI nº 24266182)
- Relatório Final do Evento Instrucional - IX Encontro de Educação Ambiental do Ibama - IX ENEA (SEI nº 24272660)
- Lista de Frequência consolidada (SEI nº 24488924)
- Mural de Ideias (SEI nº 24326898)
- Avaliação de Reação (SEI nº 24542398)
- Relatorias e registros diários do IX ENEA (SEI nº 25896465)
- Registros fotográficos e demais documentos ([Sharepoint do IX ENEA](#))

Respeitosamente,

(assinado eletronicamente)
BEATRIZ DA SILVA
Analista Ambiental
SEA/Cenea



Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ DA SILVA, Analista Ambiental**, em 12/01/2026, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **25894835** e o código CRC **9DF0B4E4**.

Referência: Processo nº 02001.000919/2026-66

SEI nº 25894835

SCEN Trecho 2 - Edifício Sede - Telefone:
CEP 70818-900 Brasília/DF - www.ibama.gov.br